

I ENCONTRO DE POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E JUSTIÇA SOCIAL

UFSC
Florianópolis
11 DE JUNHO DE 2019



PoLiTicas

PROGRAMAÇÃO

RESUMOS DOS TRABALHOS



PROGRAMA DE
POS-GRADUAÇÃO
EM LINGUÍSTICA
DA UFSC

PROGRAMAÇÃO GERAL

14h-17h30 – **Apresentação de trabalhos**

17h30 – Intervalo

18h-20h – **Mesa-redonda**

Dra. Silvana Aguiar dos Santos (Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução – PGET/UFSC)

Dr. Ricardo Nascimento Abreu (Programa de Pós-graduação em Linguística – PPGL/UFSC)

Dr. Nanblá Gakran (Licenciatura Intercultural Indígena/UFSC)

Dra. Cristine Severo (Programa de Pós-graduação em Linguística – PPGL/UFSC)

Local: Sala Hassis, no térreo do bloco B do Centro de Comunicação e Expressão (CCE)

Inscrições gratuitas e realizadas no local.

RESUMOS

O RECONHECIMENTO DA LÍNGUA COMO DIREITO FUNDAMENTAL NA PROMOÇÃO DE JUSTIÇA SOCIAL PARA AS COMUNIDADES SURDAS

Hanna Beer (hannabeerfurtado@gmail.com)

Programa de Pós-Graduação em Linguística, UFSC/Doutorado

Propõe-se, a partir Teoria dos Direitos Fundamentais (ALEXY, 2011), uma discussão sobre os direitos linguísticos como condição essencial para a promoção de justiça social. Com base em uma pesquisa bibliográfica-documental, discutem-se os possíveis desdobramentos da *língua como direito fundamental* para a definição de políticas capazes de garantir às pessoas surdas — uma das minorias linguísticas e culturais do nosso país — o uso da língua de sinais para além do mero acesso a bens e serviços públicos (BEER, 2016). Para tanto, analisaram-se alguns instrumentos legais do ordenamento jurídico brasileiro com o intuito de identificar como a língua e os direitos voltados às comunidades surdas são tratados. Concluímos que o pleno gozo dos direitos fundamentais previstos no ordenamento jurídico brasileiro estaria condicionado ao prévio reconhecimento da língua como direito fundamental. Enfim, este reconhecimento traz à tona a premência do acesso, no caso das pessoas surdas, à língua de sinais como condição primordial à sua constituição identitária, sendo os direitos linguísticos basilares para todos os demais e, portanto, indispensáveis à promoção de justiça social.

Palavras-chave: direitos fundamentais, línguas de sinais, pessoas surdas.

INTERPRETAÇÃO JURÍDICA EM LÍNGUA DE SINAIS: Repensando as dimensões histórica, sociológica, políticas e de formação profissional com vistas à promoção da justiça e da equidade social

Rosemeri Bernieri de Souza (bernieri.rose@gmail.com)

Programa de Pós-Graduação em Linguística, UFSC/Doutorado

Neste trabalho, proponho discutir a interpretação jurídica entre línguas de sinais e línguas faladas sob os aspectos históricos, sociológicos, políticos e de formação profissional. Dentro dessa perspectiva, este trabalho se caracteriza como uma pesquisa exploratória, a fim de delimitar o estado da arte e identificar as ações em prol do desenvolvimento dessa especialidade. A partir de textos legais e projetos de formação, que são discutidos e interpretados com base nos argumentos de autores como Santos (2016); Santos e Francisco (2018); Russell (2011), Roberson, Russell e Shaw (2011), entre outros, é possível elencar as necessidades e dificuldades que devem ser contornadas por políticas de tradução e políticas linguísticas adequadas. Chega-se, então, à conclusão de que é imprescindível: (i) reparar as incoerências que se encontram nos dispositivos legais; (ii) construir políticas de tradução juntamente com os profissionais, agentes surdos e entidades que os representam; (iii) favorecer a profissionalização, a fim de responder às necessidades e dificuldades encontradas na prática dos intérpretes. Este trabalho reforça, assim, outros discursos e esforços que têm sido realizados nesse âmbito, acrescentando informações à construção de um design curricular que contemple as especificidades dessa especialização, de forma que o profissional adquira segurança e competências para desempenhar um trabalho capaz de promover a justiça, a equidade social e o direito linguístico.

Palavras-chave: Interpretação; Língua de Sinais; Esfera jurídica; Formação profissional; Currículo.

POLÍTICA LINGUÍSTICA E LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

Thiago Ramos de Albuquerque (thiago.albuquerque1@gmail.com)
Programa de Pós-Graduação em Linguística, UFSC/Doutorado

Este resumo tem como objetivo discutir o impacto do contexto político linguístico na vida das pessoas surdas. Para entendermos o contexto das línguas brasileiras, é fato que a nação brasileira foi concebida como monolíngue, uma vez que a Língua Portuguesa foi escolhida como a língua oficial. Considera-se importante políticas aditivas, a fim de preservar as línguas. Conforme Cummins (2003), há uma ideia errônea de que uma língua limita o desempenho de outra e por isso é ideologicamente subtraída. Há algumas propostas políticas linguísticas aditivas, mas que implicitamente são apagadas, principalmente nas escolas indígenas, assim como na educação de surdos. O reconhecimento da Libras foi marcado por lutas e políticas linguísticas, sobretudo nos anos de 1980 e 1990, culminando com a criação da lei 10.436/2002 e o decreto 5.626/2005. A partir deste último implementam-se várias políticas, como a exigência de intérpretes nas salas de aula, o direito à acessibilidade em Libras, a obrigatoriedade da disciplina de Libras em alguns cursos universitários. Quadros (2009) esclarece que que todas essas ações: a lei, o decreto, os movimentos sociais surdos brasileiros, as publicações acadêmicas mudaram o status linguístico e promoveram a justiça social das pessoas. [Traduzido por Rosemeri Bernieri; Recorte feito por Cristine Severo].

Palavras-chave: lei 10.436/2002; decreto 5.626/2005; justiça social.

Link do resumo completo na versão de Libras: <https://youtu.be/AjzKp3WWNfk>

A TECNOLOGIA DE TRADUÇÃO COMO MECANISMO DE EQUIDADE NO PROCESSO DE TRABALHO NA UNIVERSIDADE: REFLEXÕES DE UM PROFESSOR SURDO

Marcelo Porto (porlopes@gmail.com)
Programa de Pós-Graduação em Linguística, UFSC/Doutorado

O tema que será abordado revela as relações de desigualdade dos professores ouvintes e professores surdos na universidade e como as tecnologias da tradução podem colocar ambos os grupos em situação de equidade. Este trabalho está dividido em três partes: tese, antítese e síntese. A tese parte do princípio que os surdos têm seus direitos linguísticos assegurados pela legislação e por isso “podem” ter acesso à universidade. O acesso ao texto pelo surdo se dá por meio da língua brasileira de sinais em vídeo, sua L1 e também por sua L2, a língua portuguesa, sendo que ele vai preferir a língua de sinais, visto que o acesso nessa modalidade favorece a comunidade surda. A antítese considera que o uso de textos, principalmente por alunos de Letras Libras, possibilitou uma flexibilidade na escolha dos textos e de se expressar em língua de sinais. Mas, dentro da universidade, o professor surdo é obrigado a ser proficiente em leitura e escrita do português, porque a lei afirma que o português não pode ser substituído por nenhuma outra língua, visto que é a língua oficial do país. A síntese questiona o que é justiça social, partindo-se do conceito de que para haver justiça social é preciso haver uma equidade na sociedade. O professor surdo, no seu percurso, tem direitos linguísticos de se expressar em língua de sinais, mas como resolver a necessidade que ele tem de usar a leitura e a escrita? Uma solução poderia ser as tecnologias da tradução. [Traduzido por Rosemeri Bernieri; Recorte feito por Cristine Severo].

Palavras-chave: tecnologias de tradução; igualdade; direitos linguísticos;

Link do resumo completo na versão de Libras:

<https://www.youtube.com/watch?v=1lkD4jBH0Mo&feature=youtu.be>

REFUGIADOS: LÍNGUA, PODER E IDENTIDADE

Cristian Edevaldo Goulart (cristian.e.g@hotmail.com)

Programa de Pós-Graduação em Linguística, UFSC/Doutorado

Narjara Reis (jarareis@gmail.com)

Programa de Pós-Graduação em Linguística, UFSC/Doutorado

Considerando a relação intrínseca entre língua poder e identidade, neste trabalho, discutiremos sobre a produção discursiva da subjetividade do refugiado e sua relação com as políticas linguísticas contemporâneas propositivas no Brasil. Guiados pelos pressupostos teóricos do conceito de dispositivo (FOUCAULT, 1979; AGAMBEN, 2014), mostraremos que a subjetividade do refugiado é construída a partir do dispositivo da imigração (GOULART, 2018). Diante disso, como alternativa de resistência aos efeitos de poder desse dispositivo, tem surgido nos últimos anos uma série de políticas linguísticas acerca do ensino de português para refugiados, o que tem resultado certas representações sobre a noção de língua: PLE – português como língua estrangeira, PFOL – português para falantes de outras línguas, P2 – português como segunda língua, PMIH – português para migrantes humanitários, PLAc – português como língua de acolhimento, etc.. Congruente a isso, focalizaremos a esloganização do conceito de PLAc (ANÇÃ, 2008; CABETE, 2010; GROSSO, 2010) com o intuito de problematizar a noção de “acolhimento” dentro das políticas linguísticas.

Palavras-chave: Políticas linguísticas. Português como língua de acolhimento. Refugiado.

PORTUGUÊS COMO LÍNGUA DE ACOLHIMENTO A IMIGRANTES E REFUGIADOS NO BRASIL

Arthur Vinicius Anoroza Nunes (arthur_anunes@hotmail.com)

Programa de Pós-Graduação em Linguística, UFSC/Doutorado

O objetivo desse trabalho é investigar a categoria de Português como Língua de Acolhimento (PLAc) em sua relação com o ensino/ aprendizagem de português para imigrantes e refugiados, tendo em vista a importância de políticas públicas destinadas a essa população num cenário em que os deslocamentos e fluxos migratórios se tornam cada vez mais comuns em território brasileiro. Recorrerei ao método de pesquisa bibliográfica, em que buscarei nas teorias do discurso mostrar como o controle e a redistribuição dos enunciados em sociedade podem contribuir para a inserção ou exclusão desses sujeitos, e mostrarei, por meio de estudos sobre o conceito de PLAc em sua relação com os imigrantes e refugiados, o modo como essa categoria pode ser estrategicamente útil para o rompimento das desigualdades existentes em decorrência dos preconceitos e dificuldades que se colocam diante da comunicação entre pessoas de línguas e culturas distintas. Os resultados apontaram que, apesar de ter havido nos últimos anos políticas que contribuíram de modo positivo para a situação dos refugiados no Brasil, muitas dificuldades ainda são encontradas pelo sujeito que se encontra na posição de imigrante ou refugiado, como a retirada de documentos, o acesso a serviços públicos básicos e o domínio do idioma. Logo, constata-se a ineficiência das políticas públicas existentes no sentido de não propiciarem ao imigrante e ao refugiado as informações fundamentais para sua inclusão e sobrevivência e de não promoverem na sociedade civil o questionamento acerca da vulnerabilidade que atinge esses sujeitos.

Palavras-chave: Língua de acolhimento, políticas públicas, imigração.

(IN)JUSTIÇA SOCIAL: O SOTAQUE INIMIGO DA BRAQUITUDE

Heloisa Tramontim de Oliveira (heloisatramontim@gmail.com)
Programa de Pós-Graduação em Linguística, UFSC/Doutorado

Este trabalho intersecciona duas áreas de estudo bastante caras às Políticas Linguísticas Críticas: linguística e justiça social. Para tal feito, procura-se analisar o impacto das injustiças sociais cometidas contra a língua de alguém, partindo-se do pressuposto de que exista uma língua de prestígio atuando como “neutra”, ainda que exerça forte influência sobre outras línguas. Quando a diferença linguística é percebida pelo prisma racial, observamos a violência simbólica (Bourdieu, 1989) e linguística da branquitude operando sobre outras línguas e, conseqüentemente, sobre outras pessoas, numa tentativa de desqualificá-las. A discussão ancora-se em bell hooks (2016) para relacionar o Standard (White) English ao Afro American Vernacular English, pautando-se em analisar discursos ou atitudes preconceituosas que reproduzem a hierarquização das línguas e instalam uma hierarquização também dos sujeitos envolvidos, seja de forma estrutural, institucional ou sistêmica. Tais reproduções são percebidas, por exemplo, em casos de recusa de aluguel por parte do locador, feitos por telefone, ao perceber o sotaque de pessoas falantes de AAVE ou com sotaque latino.

Palavras-chave: sotaque; branquitude; Afro American Vernacular English; Standard White English.

CONTEXTOS DE INTERCULTURALIDADE: UM DEBATE SOBRE A EDUCAÇÃO LINGUÍSTICA DE GRUPOS MINORITÁRIOS

Luana Ewald (luanaewald@gmail.com)
Programa de Pós-Graduação em Linguística, UFSC/Doutorado
Marcos Vinicius Martim (marcos.vinicius.martim@gmail.com)
Programa de Pós-Graduação em Linguística, UFSC/Doutorado

A discussão acerca da educação intercultural pretende refletir no direito de comunidades minoritárias ao acesso à sua língua em contexto escolar, na gestão educacional e no diálogo cultural, para além da “celebração pós-moderna da diversidade”. Na presente comunicação, objetiva-se descrever movimentos políticos que subjazem as orientações educacionais para comunidades de “línguas minoritárias ou minoritarizadas” (CAVALCANTI, 2011). Para orientar a discussão, busca-se lançar um olhar para dois contextos de línguas minoritárias, da língua alemã como língua de imigração no Brasil, e das línguas crioulas, à luz de um debate crítico sobre pós-colonialismo e políticas linguísticas. Estudos têm sinalizado para a relação de subalternidade (que implica racismo, discriminação e exclusão) que grupos de minorias linguísticas no Brasil sofrem ao longo de uma história de exclusão social e política, como resultado de práticas coloniais. Essas práticas, fortemente vinculadas a ideologias que constroem uma representação idealizada de identidade nacional e de língua legítima, constituem barreiras aos direitos humanos de maneira geral, conseqüentemente promovendo a injustiça social. No entanto, vale o destaque aos crescentes movimentos de resistência e crítica à maneira de pensar a língua tradicionalmente, à educação linguística e ao próprio currículo escolar em contexto intercultural.

Palavras-chave: Educação Intercultural; Línguas Minoritárias; Políticas Linguísticas.

TALIAN: UMA CONSTRUÇÃO PARA QUEM?

Ana Cláudia Fabre Eltermann (anaeltermann@gmail.com)
Programa de Pós-Graduação em Linguística, UFSC/Doutorado
Renata Santos (brenatasantos@gmail.com)
Programa de Pós-Graduação em Linguística, UFSC/Mestrado

Neste trabalho, procuramos compreender qual o conceito de língua que fundamenta certas políticas linguísticas de promoção de uma dada língua e cultura “italianas” no contexto catarinense. Nosso foco de observação recai sobre o Talian (ora apresentado como língua, ora como dialeto), que é falado por descendentes de imigrantes italianos e que foi cooficializado em alguns municípios do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. As políticas linguísticas em torno do Talian (que incluem desde o reconhecimento de seu status de língua e de patrimônio histórico e cultural, até sua cooficialização e normatização) têm em princípio um objetivo de preservação de uma cultura e de uma identidade, numa tentativa de promoção tanto da própria língua quanto de seus falantes. Muitas vezes as políticas linguísticas que visam a essa preservação recaem no paradigma da normatização ou, nos termos de Milroy (2011), na “ideologia da língua padrão”, ou seja, levam à construção de uma norma para “garantir” a manutenção da língua. Subjacente à normatização está a pressuposição de que há uma forma correta de língua, por conseguinte a língua não seria algo natural para o falante, não seria algo que se adquire, mas que se aprende, sobretudo na escola, ensinada por alguém que detém o verdadeiro conhecimento sobre a língua. Sob essa perspectiva, portanto, as regras linguísticas seriam externas ao falante, que precisaria aprendê-las para bem utilizar a língua. Assim, nos propomos a refletir sobre como a sistematização e a criação de uma norma escrita do Talian acabam inventando essa mesma língua e transformando-a em um artefato, o que serve a determinados fins, econômicos ou políticos, às vezes alheios aos usuários de fato da língua.

Palavras-chave: Talian; Políticas Linguísticas; Normatização.

O QUE É JUSTO?

IMPLICAÇÕES DO CONCEITO DE JUSTIÇA EM MEIO ÀS REININDICAÇÕES DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS DO/NO BRASIL

Beatriz de Oliveira (b.oliveiralp@gmail.com)
Programa de Pós-Graduação em Linguística, UFSC/Mestrado

Este trabalho pretende discutir as implicações do termo justiça relacionado às questões indígenas a partir de uma análise de declarações feitas por lideranças indígenas em meio ao movimento Acampamento Terra Livre (ATL) que acontece anualmente em Brasília, há quinze anos. Os discursos analisados foram retirados de vídeos publicados na internet, no site Youtube, muitos deles relatam as manifestações que ocorreram em meio às mobilizações e os principais objetivos e reivindicações de cada edição do movimento. A palavra “Justiça” esteve à frente das reivindicações feitas pelos povos indígenas no movimento em 2019, mas o que significa para esses povos justiça? Quais os caminhos atravessados por essa expressão? Como pressuposto inicial, acredita-se que justiça, nesse contexto, possa extrapolar a noção de igualdade de direitos e ir em direção ao (re)conhecimento sobre quem são essas populações denominadas indígenas e o quão marcadas estão de estereótipos construídos ao longo da história colonial.

Palavras-chave: Justiça; Questões indígenas; Povos indígenas; Acampamento Terra Livre.

PALAVRAS MALDITAS: VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

Geovana Santos (geovanasan1@yahoo.com.br)

Programa de Pós-Graduação em Linguística, UFSC/Doutorado

A retirada a fórceps da expressão ‘violência obstétrica’ de documentos que façam referência a políticas públicas, recomendada pelo Ministério da Saúde e apoiada pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), nos fala de uma política que categoriza o termo como ‘impróprio’, portanto, ideológico. A língua, palco constante de conflitos e negociações, onde o poder e as decisões políticas implicadas no uso são caros tanto aos estudos em Políticas Linguísticas (PL) quanto interessa à Análise de Discurso (AD), especialmente, no tocante aos efeitos de sentido atribuídos pelos sujeitos que agem no mundo para significá-lo. Partindo-se de uma perspectiva da AD, na qual a língua é falha e opaca, sendo assim, são muitas as possibilidades de sentido, questiona-se: a interferência direta para que se evite o uso de tal termo será capaz de modificar a realidade experienciada pelas gestantes brasileiras? A violência obstétrica afeta a todas do mesmo modo? Ao abolir o uso do termo está se fazendo justiça social? De que tipo e para quem? Qual grupo social está sendo beneficiado por esta política? Cabe justiça social em tal medida? Diante desse quadro, recorre-se a noção de acontecimento discursivo (PÊCHEUX, 2006) para analisar a repercussão que a ‘proibição’ do termo causou nas redes sociais.

Palavras-chave: Violência obstétrica. Análise do Discurso. Política pública. Redes sociais.

UMA ANÁLISE DISCURSIVA DA CONSTRUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DO DISCURSO DE ÓDIO A PARTIR DE COMENTÁRIOS NO FACEBOOK

Renata Maria Santos Ferreira (renata.ferreira@ifpr.edu.br)

IFPR/Programa de Pós-Graduação em Linguística, UFSC/Mestrado

Este trabalho objetiva monitorar os potenciais impactos da dispersão de discursos de ódio em espaço discursivo mais ou menos empoderado – como o que se vê atualmente na instituição escolar (professores, estudantes e educação), em que Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas e a Câmara dos Deputados Federais tentam (apesar da já proferida sentença de inconstitucionalidade do STF) controlar os discursos circulantes nesse ambiente educacional por meio da conhecida lei da escola sem partido. Para tanto, analisa-se uma cadeia discursiva, circulante na página virtual do jornal Folha de Campo Largo (município da região metropolitana de Curitiba), em torno de um evento: a paralisação das atividades escolares no dia 15 de maio de 2019 para a realização de um protesto do grupo contrário ao contingenciamento de gastos com a educação, anunciado pelo governo federal poucos dias antes. Dialogicamente, analisam-se os interdiscursos a partir dos comentários dos membros desta rede, pela constituição de posições de apoio e reprovação ao protesto e ao contingenciamento. Nesta perspectiva, se constrói e se desfaz a validade e a eficácia do direito à educação e do direito à manifestação política de vontade de indivíduos e grupos, apagando o caráter social da Constituição Federal por este plano da sociedade. Observa-se, portanto, a construção de posições e argumentos que permitem o linchamento virtual dos entes discursivos (escola, educação, professores e estudantes) com mais ou menos questionamentos.

Palavras-chave: protesto; direito; linchamento; contingenciamento.

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS NA ESFERA ESCOLAR: UM TRABALHO ACERCA DAS VARIÇÕES LINGUÍSTICAS

Denise Nunes (denisenunes4@hotmail.com)

Programa de Pós-Graduação em Linguística, UFSC/Doutorado

Mauricio de Souza Brillinger (mauricio_brillinger@hotmail.com)

Programa de Pós-Graduação em Linguística, UFSC/Doutorado

O trabalho objetiva produzir uma discussão acerca da relevância das políticas linguísticas na esfera escolar, mais especificamente, o trabalho com as variações linguísticas, com vistas à produção de uma abordagem pedagógica que as abarquem junto a todos os outros conteúdos das aulas de Língua Portuguesa. Mesmo com o avanço dos estudos de Português, voltados às práticas de linguagem – leitura, produção textual e análise linguística –, a variação linguística ainda não aparece tão presente, principalmente, quando comparado ao trabalho com a norma padrão da língua. Por meio da discussão, instaura-se a variação linguística na esfera escolar como parte integrante do desenvolvimento linguístico do discente, partindo do pressuposto de que todas línguas são artefatos constituídos historicamente na coletividade. Para tal reflexão, busca-se ancoragem em autores como Faraco (2007) e Bagno (2007) quanto às questões de variação linguística e a esfera escolar; e Oliveira (2007) e Rajagopalan (2008) acerca dos postulados sobre as políticas linguísticas.

Palavras-chave: Políticas linguísticas; Variação linguísticas; Esfera escolar.

PROJETO CONTEXTO: A LEITURA E A RESSOCIALIZAÇÃO NO PRESÍDIO REGIONAL DE BLUMENAU

Suelen Ramos (suelenramos26@gmail.com)

Universidade Regional de Blumenau-FURB

Karina Zendron da Cunha (karinazendron@gmail.com)

(Universidade Regional de Blumenau-FURB)

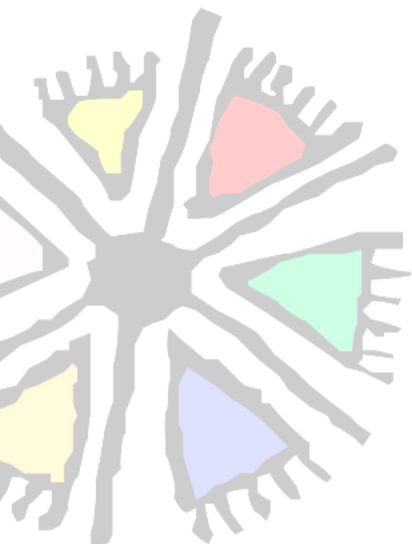
Em atividade desde 2017 na Universidade Regional de Blumenau (FURB), o Projeto “Contexto - Ampliando o alcance à liberdade por meio da leitura no Presídio Regional de Blumenau” atende às Portarias nº 276/12 e 006/16 que disciplinam os procedimentos de remição de pena pela leitura. A comunicação tem o intuito de compartilhar a trajetória do projeto a partir de seu aporte teórico, metodologia e resultados obtidos até o momento. A fundamentação teórica do projeto está orientada pelo Letramento Literário (COSSON, 2016) que propõe interações críticas entre leitor-texto-autor a partir do contexto em que o indivíduo leitor está inserido. Direcionado a participantes voluntários do regime semiaberto, o Projeto Contexto oportuniza a remição de 4 dias de pena após a leitura de uma obra literária para aqueles que obtiverem média 6,0 nas avaliações realizadas. Atualmente, a equipe do projeto, composta por docentes e discentes dos cursos de Letras, Direito e Pedagogia da FURB, tem atendido em média 45 reeducandos por rodada avaliativa. Com mais de 350 pareceres favoráveis à remição enviados à justiça, o projeto conta com uma demanda constante de avaliações e há também a manutenção de uma lista de espera presente na unidade prisional. Além da remição, o projeto influencia na ascensão de uma comunidade de leitores em um espaço carente de políticas públicas de educação básica e de dignidade humana.

Palavras-chave: Leitura; Letramento Literário; Extensão Universitária.

SOBRE O LIVRO “LÍNGUA HUNSRÜCK: INTRODUÇÃO À HISTÓRIA, GRAMÁTICA E CULTURA DO IDIOMA ALEMÃO MAIS ANTIGO DO BRASIL”

Ozias Alves (reportagemjbfoco@gmail.com) Jornalista/Graduação UFSC

Busca-se apresentar o livro “Língua Hunsrück: Introdução à História, Gramática e Cultura do Idioma Alemão mais antigo do Brasil”, de autoria de Ozias Alves Jr, aluno do curso de Letras Alemão da UFSC (turma de 2016). Na obra em questão, foi publicada a primeira gramática do idioma em questão, tal como é falado na Grande Florianópolis; registre-se que em dois séculos de presença dessa língua em Santa Catarina nunca houve registro por escrito. O objetivo da palestra é falar a respeito da pesquisa. No final, será feita a distribuição do livro para o público presente ao evento.



Política